

Turismo e Capitalismo: impossibilidades estruturais e análises superficiais do Ecoturismo¹

MARTONI, Rodrigo Meira. Professor do Departamento de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP²

Resumo

O presente trabalho aborda algumas configurações do turismo nos diferentes modos de produção e salienta suas características no capitalismo, onde as atividades ligadas ao ócio passam a ser comercializadas. Nesse contexto, as tipologias de turismo estão de acordo as potencialidades de um país e segundo as possibilidades de lucratividade. O ecoturismo, sendo uma expressão de compreensão diversa, está associado à concepção de desenvolvimento sustentável, sendo que a sua sustentabilidade está embasada em uma visão meramente mercadológica dos recursos do ambiente. Há uma mistificação da realidade pela ideologia dominante para justificar o conceito e a aplicabilidade do ecoturismo como um turismo harmônico e responsável.

Palavras-chave: turismo; capitalismo; ecoturismo; economia ambiental.

1. Considerações Iniciais

As estruturas do turismo configuram-se de acordo com o estágio de desenvolvimento das relações de produção e organização da sociedade. Conforme a sucessão de fatos históricos, os vínculos entre os indivíduos são determinados segundo a divisão social do trabalho e a produção material. No sistema capitalista, onde as atividades de lazer também são comercializadas, o turismo firma-se como alternativa lucrativa de aproveitamento e exploração de recursos, sejam naturais, históricos ou culturais. Evidenciam-se tipologias de turismo que condizem com as potencialidades brasileiras. Uma expressiva é o ecoturismo, orientada, aparentemente, para a conservação e preservação dos elementos do meio.

Uma vez que o prefixo *eco* sugere amplas abordagens, conforme as múltiplas representações de ambiente, a terminologia é apresentada ora com base no senso comum de envolvimento com a natureza, ora como uma tipologia que, além de englobar todos os aspectos ambientais, está apoiada em princípios éticos. Ao ser contemplado

¹ Trabalho apresentado ao GT 02 “Abordagem histórico-crítica do turismo” do IV SeminTUR - Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Caxias do Sul, RS. 7 e 8 de julho de 2006.

² Bacharel em Turismo. Mestre em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Estadual de Londrina. Endereço eletrônico: rodrigomeira@pop.com.br

como sinônimo do desenvolvimento sustentável e, por si só, passar a idéia de turismo responsável, verifica-se que, na essência, o ecoturismo está associado a uma mistificação do que existe de fato. Como a teoria não pode estar dissociada da viabilidade prática, salientamos neste trabalho que o ponto central para qualquer empreendimento turístico é o capital e, nessa lógica, dificilmente se enquadram as proposições teóricas do ecoturismo, tanto pela amplitude, como pela impossibilidade de aplicabilidade no sistema capitalista de produção.

Nesse sentido, verificamos que a ideologia dominante criou o conceito de sustentabilidade pela economia ambiental, uma ramificação da economia neoclássica. Esta prega a valoração monetária dos elementos naturais do ambiente, difundindo o conceito com base no livre mercado e nas preferências subjetivas dos indivíduos. O fato é que a proposta de sustentabilidade está integrada às questões econômicas que não podem determinar a utilização de recursos no futuro. Enquanto o sistema econômico e a ideologia neoliberal que o rege estiverem em primazia sobre outros fatores do ambiente, como os recursos naturais e os aspectos sociais, teremos propostas totalmente divorciadas da realidade.

2. Referências históricas do Turismo

A história nada mais é do que a sucessão de diferentes gerações, cada uma das quais explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores; ou seja, de um lado, prossegue em condições completamente diferentes a atividade precedente, enquanto, de outro lado, modifica as circunstâncias anteriores através de uma atividade totalmente diversa (MARX; ENGELS, 1996, p.70).

Fazendo parte da existência e sobrevivência do homem, o trabalho se constitui em uma necessidade presente em todas as épocas e continuará sendo enquanto a humanidade subsistir. O não trabalho é então uma necessidade que acompanha a do trabalho. As atividades de lazer e, dentre elas, o turismo, aparecem no percurso histórico da humanidade, configuradas segundo as características e estrutura social do modo de produção tribal, comunal, feudal e capitalista. Assim, a referência essencial do lazer e do turismo não é o capitalismo, mas o capital, inerente ao trabalho do homem.

A diferenciação de atividades de trabalho e não trabalho no modo de produção tribal não é explícita, uma vez que “a divisão do trabalho está ainda pouco desenvolvida e se limita a uma maior extensão da divisão natural no seio da família” (MARX; ENGELS, 1996, p.30). A terra pertencia à comunidade, e o trabalho voltava-se ao atendimento das necessidades da coletividade, sendo caracterizado pela pesca, caça, agricultura rudimentar, coleta e pastoreio. Integrados às atividades de subsistência, estavam os costumes, pinturas, rituais e habitações que variavam de tribo para tribo, conforme suas características culturais. Nesse modo de produção, os momentos de trabalho e não trabalho estavam de certa forma conectados, pois a mercadoria não conduzia a relação entre os homens. Assim, o trabalho não era uma obrigação que extrapolava o necessário para a manutenção dos chefes e demais membros da tribo.

O modo de produção comunal é caracterizado pela junção de sociedades tribais que, mediante acordos ou conquistas, formaram grandes civilizações. Sendo os impérios uma expressão desse sistema econômico, neles a mercadoria não se limitava unicamente à extensão da família, mas a um sistema de trocas que se baseava em uma divisão do trabalho mais desenvolvida. Esse modo de produção vai propiciar a separação da cidade e do campo, sendo os escravos a forma mais viável de manutenção e produtividade da propriedade privada, que progrediu na proporção direta das conquistas territoriais. A necessidade de novos meios de produção vai acelerar a troca de mercadorias, tornando-se mais nítida a separação das atividades desenvolvidas em momentos de trabalho e de ócio.

Algumas exemplificações de práticas de lazer, inclusive de viagens turísticas organizadas, podem ser apresentadas. Os gregos viajavam por diversos motivos: devoção a deuses em santuários das cidades-Estado, para assistirem representações cênicas e com o intuito de prestigiar competições de atletas. Os elementos constituintes dos transportes estavam presentes, conforme sua tecnologia: estradas, animais, portos e embarcações. Os viajantes eram costumeiramente bem recebidos, o que é uma referência da hospitalidade grega. Dizia Plutarco, filósofo e prosador grego: nós não nos sentamos à mesa para comer, mas para comermos juntos (www.desvendar.com, 2006). Paulo, apóstolo de Jesus, passou parte de sua vida percorrendo o Império Romano com o intuito de fortalecer cristãos para a consolidação da Igreja. Nesse tempo, viajantes percorriam a bacia do mediterrâneo. Eram mercadores, deputados, peregrinos e turistas.

Estes últimos viajavam em busca de descanso e entretenimento nos balneários e estâncias hidrominerais. Segundo Feifer (apud URRY, 2001, p.19) o império Romano disponibilizava para a elite opções de viagens voltadas à cultura e ao prazer, com uma ampla rede de estradas constituídas por técnicas modernas de traçado, pontos de parada, pontes e hospedarias.

Um modo de produção não está associado diretamente a um período histórico, mas as formas de organização e evolução econômica de uma sociedade. Apesar de um suceder ao outro como produto de um processo histórico evolutivo, alguns subsistem com influência do modo de produção dominante, na proporção direta do contato de sociedades com diferentes modos de produção. Assim, enquanto o sistema feudal conduzia a organização social, econômica e produtiva na Europa Ocidental, a América do século XIII contava com impérios baseados no modo de produção comunal³. Os Incas podem ser citados como exemplo. Tendo como base econômica a agricultura e, como cada região possuía seus próprios produtos, os transportes foram importantes na diversificação do consumo. Para isso, uma extensa rede de estradas pavimentadas e bem traçadas foi construída, possuindo postos de inspeção e de pedágio, locais para pouso, pontes suspensas e degraus em pedras nos locais com maior declividade (BUENO, 1998). Com uma extensão de aproximadamente 50 mil quilômetros que garantia a adequada distribuição de alimentos pelo império, mensageiros garantiam a comunicação e pessoas viajavam.

Na Europa Ocidental, as raízes do modo de produção feudal firmaram-se com a decadência do Império Romano e as invasões bárbaras, uma vez que esses fatos contribuíram para a o declínio das forças produtivas: “a agricultura declinara, a indústria estava em decadência pela falta de mercados, o comércio adormecera [...], a população, tanto rural com urbana, diminuíra” (MARX; ENGELS, 1996, p.33). O campo estava aberto para um sistema baseado em feudos comandados pela nobreza rural e pelo clero, influenciados pelos costumes, leis e a estrutura militar germânica. Os servos ou camponeses não eram escravos, mas constituíam a classe produtora. Subordinados aos senhores feudais, trabalhavam em função dos interesses de seus senhores e pagavam-lhes impostos para utilizarem um pedaço de terra e em troca de proteção militar.

³ Marx e Engels apontam a existência do modo de produção asiático. Semelhante ao Comunal, caracteriza-se por atividades agrícolas e artesanais da comunidade com a intervenção estatal.

No sistema feudal da Europa Ocidental, assinala o pesquisador Ycarim Melgaço Barbosa (2002, p.22), o lazer representado pelas viagens turísticas foi inviabilizado: muitas das estradas estabelecidas durante o Império Romano estavam intransitáveis e assaltos eram correntes quando as viagens não eram feitas em grupos. As cruzadas se constituíam em uma exceção, abrindo caminho para as viagens de peregrinos por caminhos que eram percorridos com intuito religioso e místico. As atividades de trabalho e lazer estavam configuradas conforme os estamentos: os pequenos camponeses ou vassallos tinham por obrigação o trabalho nos feudos; enquanto os senhores ou suseranos, beneficiados também pelo trabalho da classe a qual dominavam, podiam direcionar o tempo livre à caça, torneios e festividades da corte.

As novas necessidades de consumo da nobreza, a conseqüente exploração dos servos e a decadência da produção agrícola, o inchaço das cidades por camponeses revoltosos, a reativação comercial pelas cruzadas, o estabelecimento de Estados, o fortalecimento da autoridade real e a necessidade de enriquecimento da corte sustentaram o mercantilismo que, por sua vez, engendrou o modo de produção capitalista.

2.1. Estruturas do turismo no capitalismo

Neste sistema econômico todas as coisas tornam-se mercadoria justificando a exploração em prol do fortalecimento do capital e ampliação da mais valia. Em um contexto puramente mercadológico, as relações passam a ser meramente comerciais, como salienta Marx em extratos de *O capital* por Paul Lafargue (2004, p.94):

A esfera da circulação das mercadorias, na qual se realiza a venda e a compra da força de trabalho, é, na realidade, um verdadeiro paraíso para os direitos naturais do homem e do cidadão. Reina aí somente Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham. Liberdade! porque nem o comprador nem o vendedor de uma mercadoria agem forçados, ao contrário, são determinados apenas por seu livre arbítrio, fecham contratos entre si na qualidade de pessoas livres e possuidoras de direitos iguais. O contrato é a expressão jurídica comum de suas vontades livremente determinadas. Igualdade! porque comprador e vendedor só entram em relação um com o outro na qualidade de possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade! porque cada um deles dispõe daquilo que lhe pertence. Bentham! porque cada um deles só se preocupa consigo mesmo. A única força que os põe em presença e em relação é a de seu egoísmo,

de seu lucro particular, de seus interesses privados. Cada um só pensa em si, ninguém se incomoda com o outro⁴.

A mercadoria torna-se o fio condutor dos homens e a separação dos momentos de trabalho e de não trabalho fica explícita. A privatização do tempo livre ocorre na medida em que conquistas trabalhistas são alcançadas, as necessidades do ócio são salientadas e na possível rentabilidade de atividades vinculadas ao lazer. Nesse sentido, a evolução do turismo está em conformidade com os anseios dos Estados e das grandes corporações. Atualmente, como uma nova forma de exploração, as corporações, associadas a um Estado mínimo, passam a disseminar sua ideologia e dominar territórios segundo interesses privados. Com isso, o pensamento da classe que detêm o poder material, ou seja, a ideologia dominante, espalha a idéia de que todas as coisas funcionam de forma harmônica e comedida, em um sistema onde todos os componentes se inter-relacionam com uma funcionalidade equilibrada, como salienta Marx e Engels (1996, p. 72):

A classe que tem a sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como idéias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as idéias de sua dominação.

Visto que no sistema capitalista a sustentabilidade de elementos do ambiente pode gerar a insustentabilidade econômica, e que todas as coisas funcionam segundo a lógica da sustentabilidade do capital, diversos artifícios criados por essa ideologia consistem em uma estratégia para esconder as referidas contradições desse modo de produção que ocorrem justamente pela constante busca de maximização dos lucros: “com a manipulação ideológica, os lazeres e o turismo passam a se constituir num verdadeiro freio e ocultação da realidade vista dentro da concepção histórica” (SANTOS FILHO, 2005). Daí a constituição de lugares totalmente desprovidos de significado com realidades totalmente fabricadas.

Com o afastamento do Estado no estabelecimento de políticas públicas e a predominância do interesse da classe que detêm os meios de produção no interior do

⁴ Jeremy Bentham (1748-1831): filósofo, economista e jurista inglês que difundiu o Utilitarismo.

Estado, ainda predomina uma visão meramente mercadológica do turismo. Sua compreensão como um fenômeno que abrange tanto aspectos sociais como de valorização patrimonial intrínseca, restringe-se pela lógica de mercado. Essa questão fica explícita com algumas políticas atuais voltadas para a viabilização da vinda de estrangeiros e a ausência de uma política para o turismo interno; a apologia de governos, empresários e, por extensão, da mídia, à instalação de resorts pertencentes a cadeias internacionais, projetados sem qualquer vínculo com a realidade brasileira; a proliferação dos locais destinados à segunda residência, abandonados em épocas de baixa sazonalidade; a evolução do ecoturismo que passa, pela simples denominação, como um tipo de turismo responsável e sustentável em todos os sentidos e espaços. Enfocando o ecoturismo, teceremos algumas considerações sobre essa tipologia em voga no Brasil.

3. Ecoturismo: desencontros entre propostas e práticas

Aproveitando-se das movimentações ambientalistas acentuadas a partir das últimas décadas do século XX, da constante demanda turística, e de que o turismo é uma alternativa viável de rendimentos, conceituou-se ecoturismo como “uma atividade econômica, de baixo impacto ambiental, que se orienta para áreas de significativo valor natural e cultural [com propostas de educação ambiental]” (RODRIGUES, 2003, p.29). O arquiteto Hector Ceballos Lascurain é conhecido por propagar o termo como uma evolução do turismo ecológico. Já no início dos anos oitenta, o ecoturismo é divulgado como uma tipologia ambientalmente responsável: são viagens para “áreas naturais, ou áreas onde a presença humana é mínima, em que o ecoturista [...] externa uma motivação explícita de satisfazer sua necessidade por educação e consciência ambiental” (WEARING; NEIL, 2001, p.05). O Brasil tornou-se um campo de inúmeras possibilidades, uma vez que sua extensão territorial justifica sua diversidade.

Quanto aos aspectos naturais salientamos as características específicas do relevo, do solo, da vegetação e as condições climáticas e hidrológicas. Estas estabelecem domínios quando estão integradas em um espaço onde “as condições fisiográficas e biogeográficas formam um complexo relativamente homogêneo e extensivo” (AB´SABER, 2003, p. 11). Dos pampas gaúchos às terras baixas amazônicas, a multiplicidade natural do país é evidenciada por diferentes paisagens. Segundo

Ab'Sáber (2003, p. 13) foram identificados seis grandes domínios paisagísticos e macroecológicos no Brasil, sendo quatro intertropicais e dois subtropicais. Já os aspectos culturais aparecem com o trabalho do homem e sua interação com os elementos naturais os quais convive e/ou modifica, produzindo e reproduzindo a sua história. As expressões de determinados grupos humanos, seja pelo patrimônio edificado, pela linguagem, pelos costumes e pelas técnicas produtivas caracterizam uma região culturalmente. Na década de 1960, Manuel Diegues Júnior (apud CORREA, p. 16) distinguiu nove regiões culturais no Brasil: Mediterrâneo Pastoril, Nordeste agrário do litoral, Zonas de Colonização Estrangeira, Amazônia, Faixa Urbano Industrial, Planalto Minerador, Centro Oeste, Extremo Sul Pastoril e Área do Café.

Em um sistema em que todas as coisas transformam-se em mercadoria, os elementos apontados, sejam naturais ou culturais, adquirem um valor de troca na medida em que são visualizadas como fonte de receitas advindas do turismo ou outra atividade. Assim, o cerne ou o eixo explicativo do ecoturismo não está somente na sua proposta conservacionista e/ou preservacionista diante da diversidade brasileira, mas, principalmente, no fato de que as práticas turísticas associadas à natureza crescem em média 20%, enquanto aquelas relacionadas ao turismo convencional crescem menos que 7,5% (www.ambientebrasil.com.br, 2006). Se a relação fosse inversa, é provável que o Ecoturismo não estivesse em evidência.

Mas o que realmente vem a ser o ecoturismo, além de uma potencialidade mercadológica? Ao prefixo *eco* podemos realizar uma análise bastante ampla. Proveniente do grego *oikos*, significa casa, habitat, ambiente. A compreensão de ambiente, uma vez que não é um conceito científico, constitui-se em uma representação social, ou seja, idéias, conceitos e valores que cada indivíduo possui sobre um objeto ou realidade. Ao ambiente geralmente são associados, pelo senso comum, os elementos naturais: flora, fauna, hidrografia. Considerando que é no ambiente onde acontece o espetáculo da vida e suas expressões, podemos compreendê-lo como um “lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação” (REIGOTA, 2002, p.14). Portanto, no meio ou ambiente encontramos elementos históricos, culturais e tecnológicos de uma sociedade associados a natureza. Um prédio, uma casa, uma floresta, um rio, uma fábrica, todas as coisas compõem o ambiente.

Nesse sentido, o ecoturismo possui várias vertentes. Por vezes é apresentado como um turismo responsável que apóia-se em fatores de ordem natural. Citações de autores como Wearing e Neil (2001, p.06) nos remetem a esse fato: o ecoturismo “envolve a viagem para ambientes naturais não devastados [sendo que] essa viagem é predominantemente para experimentar o ambiente natural”. Apresenta-se também como um turismo que contempla um posicionamento ético de planejadores e turistas com determinado ambiente, onde o respeito pelos elementos está em primeiro lugar. Outras vezes é compreendido como a expressão máxima de um turismo educativo e, por contemplar o meio, acaba envolvendo outras tipologias de turismo. A expressão adquire mais de um significado, sendo compreendido pela representação que cada um tem de ambiente. Apesar das informações correntes de que os ecoturistas possuem alto poder aquisitivo e grau de instrução mais elevado que os demais turistas, o conceito apresenta-se muitas vezes pelo senso comum. Outras vezes, pela própria ambigüidade do termo, adquire um significado de amplas proporções.

O ponto central da concepção do ecoturismo é passar a idéia de que todas as coisas estão bem ordenadas no espaço onde é praticado. Contudo, pela lógica do modo de produção capitalista, esse é um artifício que faz parte de ideologia dominante. Assim, fundamenta-se a seguinte questão: é possível uma tipologia de turismo que, além de englobar responsabilidade ambiental, propõe o equilíbrio entre lucratividade e utilização de recursos de determinado ambiente? Certamente que, em uma economia cada vez mais neoliberal e centrada nos anseios particulares, esta é uma tipologia de turismo meramente ideológica que, na prática, pode ser verificada somente na aparência, mas não na essência. Pela iniciativa privada, os grandes investimentos enquadrados como ecoturísticos existem somente como uma mera forma de manifestação ideológica que oculta o objetivo de ampliação do capital pelo discurso conservacionista. Pelo Estado, os parques são os exemplos que mais se enquadrariam nas propostas do ecoturismo, uma vez que o principal objetivo não é a lucratividade, mas a manutenção, preservação e conservação. Contudo, a partir do entendimento de que *eco* significa *tudo*, estes deveriam contemplar edificações, inscrições rupestres, fauna e flora. Sabemos que nem todas as unidades de conservação e, mais especificamente, os parques, possuem elementos expressivos de uma cultura.

Com base na compreensão da ideologia dominante que é essencialmente mercadológica; fundamentando-se na dificuldade de uma tipologia de turismo englobar todos os elementos do meio; e contemplando o fato de que a teoria não pode estar dissociada das possibilidades práticas, devemos refutar a idéia do ecoturismo como sinônimo de turismo responsável, de baixo impacto ou alternativo. O fato é que as propostas do *Estado do Bem estar Social* se desconectam cada vez mais da realidade atual diante das políticas neoliberais: os interesses coletivos são prejudicados; anulam-se as diferenças de pensamento pela ideologia dominante com um discurso de harmonia entre as classes; pequenos empreendimentos são ameaçados pelas grandes corporações segundo a potencialidade do lugar onde estão inseridos; promove-se a falsa consciência de que toda dominação é “normal, legal e justa” (TOMAZI, 1993, p. 172).

3.1. A insustentabilidade do conceito de sustentabilidade da Economia Ambiental

É necessário [...] rever o conceito de *desenvolvimento sustentável*, cujos princípios norteadores são: eficiência econômica, conservação da natureza, princípios éticos que culminariam na justiça social e na equidade em se tratando de população anfitriã. Gostaria de receber informações de apenas um empreendimento onde estes paradigmas estão sendo respeitados (RODRIGUES, 2003, p.32).

A idéia de equilíbrio e convivência serena entre classes está fundamentada nas concepções da economia neoclássica. Para esta teoria, ao invés de luta de classes existem os fatores de produção. Defendem que as diferentes pessoas em uma sociedade possuem diferentes fatores de produção, sendo todos importantes para o processo produtivo. Ao invés da teoria do valor trabalho, os neoclássicos argumentam a favor da teoria do valor da utilidade, onde o preço de determinada coisa resulta de uma avaliação individualista. Fundamentada na concepção filosófica do utilitarismo, onde o ser humano, acima de todas as coisas, está em busca de prazer para evitar o sofrimento, a teoria do valor subjetivo coloca a oferta e a demanda, não como fatores que influenciam os preços, mas que os determinam. Ao invés de mercadorias, defendem a existência de bens, uma vez que estes se associam à satisfação das necessidades humanas, enquanto à mercadoria é colocado um valor de troca, independentemente da vontade e desejo do ser humano. Apresentam a economia do bem estar, onde estabelecem um *ponto ótimo* entre degradação de elementos naturais e produção de bens de consumo. Uma posição seria considerada ótima “quando não é possível aumentar a produção de um bem sem

diminuir a produção de qualquer outro” (SOUZA, 2000, p. 135). A economia neoclássica começou a contemplar os elementos naturais do ambiente a partir da década de 1970, com uma ramificação denominada economia ambiental. Como o aspecto econômico é o elemento central de sua abordagem, Souza (2000, p.139) salienta que prejuízos podem ser causados desde que indenizações sejam a forma de reparação. Ou seja, se a produção de um produto ou a exploração de determinada área causar prejuízos a terceiros, estes podem ser aceitos desde que haja uma compensação monetária pelos danos, chegando-se a um ponto ótimo. Analise-se os custos e os benefícios.

Considerando somente os elementos naturais do ambiente, a concepção teórica da economia ambiental defende a avaliação econômico-monetária dos aspectos naturais e a atuação dos governos segundo os moldes sugeridos pela teoria econômica, para garantir a internalização dos custos ambientais e o estabelecimento de taxas e certificados para poluidores. Nesse contexto, se enquadram as propostas de taxas adicionais para visitação turística de uma área. Segundo Frey (2001, p.119) “a necessidade de pagar pelo direito de poluir, tende a promover mais ainda o produtivismo e a competição pelos recursos escassos, deixando as empresas e nações mais ricas em uma posição bastante favorável”. Tecendo críticas as propostas centradas nos fatores econômicos, ressalta Viviane Forrester (1997): “os governos que buscam resultados contábeis e condenam a ação social como jurássica [promoverão a sobrevivência] dos economicamente arianos, [sendo que] os não-arianos formarão o gueto”.

Em prol dos capitalistas, a economia ambiental entende que todos os elementos naturais fazem parte do sistema econômico e a este deve ser dada a prioridade, difundindo, com base nos princípios apresentados, o conceito de sustentabilidade: desde que haja compensação financeira, tudo é sustentável; desde que haja um ponto ótimo entre custos e benefícios, tem-se a sustentabilidade de um empreendimento. O Relatório Brundtlandt, conhecido como O Nosso Futuro Comum (1991), foi um meio de divulgação dessa concepção, uma vez que neste verifica-se as mesmas idéias neoliberais. O relatório ressalta a relação negativa em que há entre pobreza e sustentabilidade, ou seja, que o desenvolvimento não pode ser sustentável em condições de pobreza. Assim, promove a idéia de crescimento econômico como fator determinante para a sustentabilidade, não ressaltando o fato de que são as nações desenvolvidas e mais consumistas, as que realmente geram malefícios ao ambiente. Além dessas

questões, a crítica aos processos de decisão quanto aos rumos da economia é superficial. Ao não sugerir mudanças qualitativas ou estruturais do ponto de vista político e econômico, as propostas contidas no relatório são aceitáveis e defendidas pela maioria dos governos e corporações de países desenvolvidos que não se sujeitam a adotar medidas que possam interferir na economia (GUIMARÃES, apud FREY, 2001, p. 118). As propostas de compensação monetária constituem-se em uma saída viável, desde que estas não interfiram na produtividade e maximização de lucros.

Segundo essa teoria o mercado é auto-regulador do desenvolvimento e, uma vez que as pessoas estejam conscientes dos problemas ambientais, irão passar a consumir produtos ecologicamente corretos. Ao defenderem que tanto os trabalhadores quanto os detentores de capital são importantes para o processo produtivo, anulando os interesses de classes; ao colocarem que os preços são determinados pela preferência de cada um; e ao insistirem que todas as obrigações devem ser voltadas aos seres humanos, esquecem que as questões econômicas fazem parte de um sistema maior. Além disso, desprezam o fato de que não há um consenso de pensamento, justamente porque, na realidade, as pessoas se diferenciam, entre outras coisas, por fatores culturais e possibilidades econômicas. Diversas abordagens sobre a sustentabilidade no turismo estão associadas à concepção teórico-filosófica da economia ambiental, o que, na prática, não surte efeito a todos os elementos do ambiente, mas somente às questões econômicas. Associado a isso, o ecoturismo como sinônimo de sustentabilidade surge para passar a idéia de que tudo funciona em conformidade, segundo os anseios do pensamento dominante. A realidade concreta é que, pelas condições materiais atuais, as relações entre os homens e o capital como elemento central, não há campo econômico para as propostas do ecoturismo, principalmente tratando-se de grandes investimentos.

Como evidência concreta, alguns empreendimentos salientam o paradoxo existente entre teoria e prática: enquanto um dos princípios básicos do ecoturismo é o respeito e valorização a cultura de uma localidade, eco-resorts são instalados na Bahia, na Amazônia e outras localidades do país, oferecendo *casa do tarzan*, *bat caverna e óvniportos*. Além destes disparates, sites divulgam roteiros ecoturísticos que caminham na direção oposta de qualquer proposição de sua concepção. Uma exemplificação é o guia do Instituto de Ecoturismo do Brasil (IEB) que incluiu como destino a cidade de Balneário Camboriú, em Santa Catarina, mesmo sendo uma localidade totalmente

desordenada do ponto de vista urbanístico pela especulação imobiliária; e Brotas, no Estado de São Paulo, que, apesar das leis que regulamentam o turismo, não há fiscalização para as práticas no Rio Jacaré Pepira - que já ficou congestionado por bóias e botes de rafting.

Cabe a nós a exposição desses fatos para uma melhor compreensão do que é concreto e do que é mistificado. Contra os interesses que imperam e, mesmo havendo incompatibilidades com o atual sistema de mercado, traçamos caminhos alternativos para que o desenvolvimento turístico possa estar associado às necessidades regionais: atuação efetiva do Estado, beneficiando investidores locais e pequenos empreendimentos condizentes com a história, cultura e aspectos naturais de uma região; formulação de políticas públicas de turismo que contemplem o planejamento participativo e equidade social; atuação de profissionais de turismo no planejamento de políticas locais, sendo que, pela participação da comunidade, devem ser refutadas as pessoas que ocupam cargos públicos com interesses privados; classificação das tipologias de turismo como sendo de massa ou alternativa. Seriam classificados como alternativos os pequenos empreendimentos efetivados pelas comunidades locais, os parques públicos ou reservas em que a manutenção é orientada pelo Estado e outras tipologias em que a lucratividade não fosse o item primordial. Com base no discurso de movimentos populares e intelectuais críticos, é necessário: verificar a essência das estatísticas que, muitas vezes, não demonstram a realidade de fato; analisar as políticas e discursos ideológicos que não condizem com as necessidades coletivas; criar mecanismos contrários a internacionalização de áreas potencialmente turísticas; desenvolver uma política para viabilizar o turismo interno, de acordo com a realidade econômica da população e capacidade dos meios receptivos; desestimular atitudes de evasão pelo marketing e estimular o ócio criativo pelo processo educativo.

4. Considerações Finais

Mesmo organizadas nos sistemas que precederam o capitalismo, a partir do início do século XIX as atividades associadas ao lazer e ao turismo passam a ser ordenadas segundo a lógica do capital. Atualmente, o turismo apresenta-se na corrente *laissez-faire* com políticas públicas que atendem interesses privados não coletivos e discursos desprovidos de possibilidades para aplicação prática. Surge daí tipologias de turismo,

como o ecoturismo, que é compreendido de diferentes maneiras: por vezes a expressão *eco* direciona-se somente aos aspectos naturais, sendo um entendimento do senso comum; outras vezes, ao contemplar todos os elementos do ambiente, torna-se extremamente abrangente e difícil de ser verificado no campo prático. Integrada a esta tipologia de turismo está a idéia de que todos os empreendimentos ecoturísticos, inclusive os mega eco resorts, possuem relações harmônicas e de responsabilidade com o lugar ou região onde estão instalados. No entanto, ao não haver uma conexão com o plano real, as abrangentes propostas de equilíbrio entre utilização e lucratividade fazem parte de um discurso meramente ideológico. Esta manifestação das idéias das classes que detêm os meios de produção geralmente não está conectada com a realidade, mas com os objetivos de manutenção de uma ordem estabelecida: demonstram responsabilidade ambiental nas formas de manifestação, mas na essência, possuem compromissos somente com a ampliação da mais valia. Ou seja, sua sustentabilidade está na composição da economia, sendo esse o aspecto determinante.

Os caminhos estão sinalizados. A análise linear e superficial do turismo como atividade economicista e tecnicista está associada ao pensamento neoliberal, que procura enfraquecer a compreensão do que é concreto e ocultar a amplitude do fenômeno com discursos que expressam os ideais privados, ou seja, do turismo como um mero negócio. A superação dessa compreensão é assaz importante para atuarmos criticamente e efetivamente nas políticas públicas e reordenamento do turismo nacional, favorecendo comunidades e valorizando intrinsecamente o patrimônio em âmbito local, estadual e federal.

Referências

AB´SÁBER, Aziz. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. **Historia das viagens e do turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

BUENO, Eduardo. **Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil, 1500-1531**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998. p.123-142.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs). **Geografia Cultural: introduzindo a temática, os textos e uma agenda**. In _____ **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ECOTURISMO. Disponível em: <http://www.ambientebrasil.com.br/> Acesso em: 20 mar. 2006

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico.** Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 1997.

FREY, Klaus. **A dimensão político-democráticas nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local.** Ambiente e Sociedade, Campinas, Ano IV, nº 9, p. 115-148. 2º sem. de 2001.

GUIAS DE ECOTURISMO DO INSTITUTO DE ECOTURISMO DO BRASIL – IEB. Disponível em: <http://www.ecoturismo.org.br/> Acesso em: 19 mar. 2006.

GREGOS. Disponível em:
http://www.desvendar.com/especiais/historiadoturismo/imperios_antigos.asp Acesso em: 03 mar. 2006.

MARX, Karl. **O Capital:** extratos por Paul Lafargue. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã (Fauerbach).** 10.ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

NOSSO FUTURO COMUM - Relatório Brundtlandt. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.) **Ecoturismo no Brasil:** possibilidades e limites. São Paulo: Contexto, 2003

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social.** 5.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS FILHO, João. **Espelho da História:** o fenômeno turístico no percurso da humanidade. Revista Espaço Acadêmico, Maringá, nº 58. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/> Acesso em: 20 mar. 2006.

SOUZA, Renato Santos. **Entendendo a questão ambiental.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Iniciação à Sociologia.** São Paulo: Atual, 1993.

URRY, John. **O olhar do turista:** lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. 3.ed. São Paulo: Studio Nobel – SESC, 2001.

WEARING, Stephen; NEIL, John. **Ecoturismo:** impactos, potencialidades e possibilidades. São Paulo, 2001.